

## MEMÓRIAS NARRATIVAS DO PROJETO MULHERES DE FORTALEZA: IGUALDADE DE GÊNERO E INCLUSÃO SOCIAL

## MEMORIES PROJECT NARRATIVE FORTRESS OF WOMEN: GENDER EQUALITY AND SOCIAL INCLUSION

Júlio César Ferreira Lima<sup>1</sup>

### RESUMO

No Brasil, a abordagem por gênero revela entraves para inclusão feminina. Mesmo sendo a participação feminina maior que a masculina na aquisição de educação formal, mulheres são discriminadas em relação à inserção no mercado de trabalho. O Projeto Mulheres de Fortaleza (PMF), desenvolvido desde 2007 com mulheres em situação de vulnerabilidade, visa o aumento no nível de escolaridade, diminuição da exclusão econômica e conscientização dos direitos de cidadão. O objetivo geral do trabalho foi compreender a percepção das participantes das duas primeiras turmas acerca do PMF. Em específico foi preciso identificar interpretações sobre inserção e participação nas atividades e detectar ações para melhor aplicabilidade. O trabalho se caracterizou como um estudo de caso exploratório com abordagem qualitativa, a partir da interpretação de depoimentos orais de 26 mulheres. Foi aplicado o método indutivo para se chegar a uma conclusão ampla sobre a eficácia do Projeto. Concluiu-se que entre os pontos positivos estavam discussões sobre cidadania para uma melhor consciência de direitos e deveres, e a aprovação das atividades. Contudo, os resultados também apontaram pontos críticos de melhoria, sugeridos com bastante propriedade pelas participantes.

**Palavras-chave:** Gênero – Inclusão social – Cidadania – Projeto Mulheres de Fortaleza.

### ABSTRACT

In Brazil, the approach by gender reveals barriers to women's inclusion. Even though women have a higher rate in formal education, they are discriminated when entering the labor market. The *Mulheres de Fortaleza* Project (MFP), developed since 2007 with women in vulnerable situation, aims at increasing the level of education, decreasing economic exclusion and

realizing the citizen rights. The overall objective was to understand the perception of the participants of the first two classes on the MFP. In particular it was necessary to identify interpretations of inclusion and participation in the activities and also identify actions to better applicability. The work was characterized as an exploratory case study with a qualitative approach, from the interpretation of oral statements of 26 women. The inductive method was used to reach broad conclusions about the effectiveness of the Project. It was concluded that among the positive points were discussions about citizenship for better awareness of rights and duties, and approval of activities. However, the results also showed critical points of improvement, suggested appropriately by the participants.

**Keywords:** Gender - Social inclusion - Citizenship - *Mulheres de Fortaleza* Project

## INTRODUÇÃO

O mundo atravessou transformações profundas impactadas por acontecimentos como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a abolição da escravatura, a independência, a proclamação da República e a Semana de Arte Moderna são exemplos de marcos revolucionários, mas que infelizmente não foram suficientes para alcançar e valorar substancialmente a emancipação das mulheres através de justa inclusão social.

As mulheres são particularmente afetadas pelas desigualdades na sociedade. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, ganham menos que os homens. Muitas mulheres trabalham na economia informal e faltam-lhes proteção, capacitação e oportunidades de avanço disponíveis para os trabalhadores da economia formal. Segundo pesquisa do Sistema PED<sup>2</sup>, em 2012, a população economicamente ativa do Brasil apresentava 7,4% dos homens em situação de desemprego, enquanto que as mulheres desempregadas chegavam a 10,7%. (SISTEMA PED, 2013).

A mesma pesquisa constatou a desigualdade entre homens e mulheres expondo que:

A discriminação de gênero é um fator determinante para as possibilidades de acesso, permanência e condições de trabalho. A necessidade de transformar as condições nas quais elas se inserem e estão inseridas, constitui-se em um desafio relevante para a construção de novas relações sociais. Historicamente, a abordagem por sexo revela que as mulheres enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho, tanto para

conseguir uma ocupação quanto para mantê-la e, principalmente, por auferir rendimentos menores que os homens. (SISTEMA PED, 2013, p.1)

A distância com relação ao respeito uniforme entre os gêneros é ratificada ainda através de outra pesquisa realizada pelo Fórum Econômico Mundial. Após publicação dos resultados<sup>3</sup>, o Brasil passou da 62ª posição para 71ª, posições obtidas em 2013 e 2014, respectivamente. No total, 142 países foram avaliados nas áreas de saúde, educação, economia e indicadores políticos. Os aspectos que mais influenciaram negativamente a avaliação do Brasil foram salário, participação e liderança feminina no mercado de trabalho.

Dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>4</sup> demonstraram que, embora as mulheres brasileiras venham ganhando espaço na realidade socioeconômica do país, ainda há desigualdade de gênero, pois:

Elas estudam mais, mas possuem formação em áreas que auferem menores rendimentos; estão mais presentes no mercado de trabalho, mas continuam ganhando menos e caminham mais lentamente rumo à formalização; ganharam espaço entre os responsáveis pelas famílias e domicílios; e, mesmo entre elas, há importantes diferenciais regionais e de cor ou raça, que reforçam as desigualdades de gênero [...]. (IBGE, 2014)

A luta pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres vem de longa data e, embora várias conquistas já tenham se materializado, ainda há muito para avançar. Um exemplo claro e exitoso da atuação feminina nos últimos tempos tem sido toda a atenção dispensada aos diversos tipos de violência que utilizam mulheres como alvo. Desde meados de 1980, ativistas reivindicam uma política social atrelada à “segurança das mulheres nas ruas e em seus próprios lares, punições mais severas para o estupro e a violência doméstica, programas de proteção às vítimas e campanhas de conscientização nas escolas e nos meios de comunicação.” (PINSKY; PEDRO, 2008, p. 304).

Inclusão e exclusão compõem uma dualidade, que caracteriza um mesmo fator social, e por isso são termos frequentemente mencionados juntos. Juridicamente, o exercício ou não dos direitos sociais, civis e políticos em um determinado grau é o que determina se o indivíduo está inserido no grupo dos incluídos ou dos excluídos (GOMES, 2008). Para pertencer ao primeiro grupo, o indivíduo, ou cidadão pleno, deve exercer de fato o direito a moradia, saúde, trabalho, educação e renda. Em contrapartida, os excluídos não exercem todos esses direitos de fato ou, se o fazem, o grau de eficácia não é aceitável para colocá-los no primeiro grupo.

A exclusão nega cidadania ao indivíduo por privá-lo de viver com adequada qualidade de vida, dotado de conhecimento e mecanismos de participação política que o habilite a agir de forma fundamentada e consciente. Para a socióloga Souki (2006, p. 41), “a cidadania é fundamentalmente um método de inclusão social”, pois representa a transformação do indivíduo em uma unidade política independente, ao mesmo tempo em que valoriza esse novo ser com nova função, inserindo-o na comunidade e respeitando o momento histórico e suas características culturais.

Todos os indivíduos deveriam ser conscientes e respeitados equitativamente, como declarou a professora e escritora inglesa Mary Wollstonecraft. Considerada a primeira feminista em 1792, Mary Wollstonecraft (apud PINSKY; PEDRO, 2008) já apontava para uma igualdade entre homens e mulheres, uma vez que os dois grupos intrinsecamente têm o mesmo potencial para desenvolver talentos e habilidades. Como consequência dessa igualdade, as mesmas oportunidades deveriam existir em termos de educação e participação social.

As oportunidades educacionais são fundamentais no mundo da emancipação através da inclusão social, econômica, educacional e política. A emancipação socioeconômica das mulheres, de qualquer origem étnica, idade, ou outro dado demográfico, conduz a melhorias na vida e saúde da família, proporcionando um nível melhor de vida e saúde das comunidades. A emancipação educacional, por sua vez, tem como consequência basilar uma maior inclusão das mulheres nos domínios sociais e políticos. Por isso, acredita-se que através de ações de capacitação educacionais regulares ou personalizadas, como a exposta aqui, essas inclusões poderão ser alcançadas, ocasionando mais igualdade de gênero.

No início do ano de 2005, foi estabelecida uma parceria entre o governo brasileiro e o governo canadense, preocupados com a melhoria da qualidade de vida de indivíduos excluídos econômica ou educacionalmente. Essa parceria teve como objetivo primordial a realização de 5 projetos pilotos que trabalhassem com mulheres em situação de vulnerabilidade das regiões norte e nordeste do Brasil. Os Institutos Federais (IFs) das referidas regiões ficaram responsáveis pela execução dos projetos pilotos.

Após apresentação dos resultados dos projetos pilotos e da avaliação positiva, outros oito IFs se juntaram ao grupo e implantaram, em 2007, o Projeto Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável<sup>5</sup>. Iniciou-se, então, uma ação social realizada por 13 IFs atendendo sempre a mulheres e contemplando diferentes áreas de atuação de trabalho. Cada estado denominou seu subprojeto e apontou a área a ser trabalhada. No Ceará, a ação foi batizada de Projeto Mulheres de Fortaleza (PMF), capacitando na área de

Turismo através dos cursos de Manipulação de Alimentos e de Governança. Tanto as participantes do projeto piloto de Fortaleza quanto das turmas aqui analisadas pertenciam à comunidade do grande Pirambu, área discriminada por apresentar alto índice de criminalidade e de desigualdade social.

O envolvimento do Instituto Federal do Ceará (IFCE) justifica-se, pois, por ser a responsabilidade social um dos aspectos marcantes de sua atuação. É parte da filosofia pedagógica da instituição a preocupação com o desenvolvimento de projetos que beneficiem, de modo prático e imediato, comunidades desfavorecidas. A nova face social praticada na instituição é atestada no próprio documento que rege suas diretrizes:

Os Institutos Federais reservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade. (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES, 2010, p.18)

Na sociedade contemporânea, instituições públicas e privadas são tomadas como agentes sociais responsáveis não apenas por produção de bens e serviços, mas também por respostas efetivas para problemas sociais, problemas ambientais e comportamentos empresariais antiéticos (LIMA, 2005).

Sendo assim, as questões que norteiam o trabalho estão vinculadas à compreensão da eficácia e continuidade do PMF pelas perspectivas das próprias participantes. Para essa exposição, as seguintes questões de pesquisa foram levantadas:

- Qual a visão das participantes sobre a inserção e participação no PMF?
- O que deve ser feito para melhorar o PMF para próximas turmas?

Com o objetivo de se alcançar uma igualdade social, deve-se trabalhar por uma sociedade inclusiva, onde é facultada a toda pessoa considerada cidadã direitos econômicos, sociais, civis e culturais, desconsiderando qualquer forma de discriminação e de segregação. Esse exercício de cidadania por meio do envolvimento dos mais variados setores produtivos pode e deve trazer diminuição de mazelas sociais, incluindo-se aqui a desigualdade de gênero.

## **CAMINHOS DA PESQUISA**

Para se responder às questões de pesquisa apresentadas, o trabalho teve como principal objetivo compreender a percepção das participantes das duas primeiras turmas

acerca do PMF. Para isso, as narrativas, colhidas através de entrevista gravada, serviram para se chegar aos objetivos específicos que foram:

- Identificar as aceções das mulheres sobre a inserção e participação nas atividades do PMF;
- Detectar ações para melhor aplicabilidade do PMF.

Por concentrar-se na investigação de um único evento, esse trabalho caracterizou-se como um estudo de caso exploratório, apropriado aqui para apreender e retratar a visão pessoal de seus participantes, além de ser um trabalho para conhecimento de um fato isolado. As pesquisas exploratórias são, juntamente com as descritivas, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Para o desenvolvimento, o método de abordagem indutivo foi utilizado, expondo-se os resultados provenientes de um caso concreto. Nesse método, as constatações ocorridas com as participantes das duas primeiras turmas do PMF conduziram à elaboração de generalizações. Essa pontualidade no tempo e espaço serviu para confrontar o panorama dos resultados alcançados com os objetivos pensados originalmente para o Projeto.

Quanto ao objeto, o trabalho foi caracterizado como bibliográfico e de campo. O material bibliográfico foi fornecido através de livros, trabalhos publicados, documentos oficiais e *sites* idôneos, enquanto que uma entrevista semiestruturada gravada serviu para composição dos dados da pesquisa de campo.

A investigação possuiu uma abordagem de caráter qualitativa, pois estudou situações de aspectos variados através das memórias narrativas de participantes do PMF. Acredita-se que com uma abordagem desse cunho, a complexidade dos pontos de vista pode ser descrita de uma forma melhor e mais autêntica, já que o processo e seu significado são os focos principais da análise.

A amostra foi pensada inicialmente para ser obtida com todas as 62 participantes das duas primeiras turmas, ocorridas entre 2008 e 2010, logo, universo e amostra se confundiriam. Porém, devido ao não comparecimento de várias mulheres ao local marcado nas datas agendadas e a decisão de não variar a forma de coleta, atingiu-se o número de 26 participantes, sendo que 14 pertenciam à primeira turma e 12 à segunda.

## O PODER DA VOZ - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tomando como empréstimo o poder da narrativa oral de histórias, objetivou-se mostrar de uma maneira transparente e muito particular o impacto do PMF pelas perspectivas das próprias participantes. A voz, antes mesmo da escrita, transmitiu cultura, conhecimento e experiência através da história da humanidade. Essa tradição oral permanece viva até hoje em todos, quando se passa um fato real ou imaginário utilizando-se apenas a fala. Aqui, porém, serviu de aproximação entre o ideal – representado por toda prospecção de resultados do PMF – e o real conseguido – representado pelos pontos de vistas das beneficiadas em potencial.

Optou-se por não apresentar as respostas das participantes e suas respectivas análises de forma individual, mas organizadas na sequência própria que aparecem no instrumento com uma mescla de ideias semelhantes, que se complementam entre si. Empregou-se na análise apenas as iniciais dos referidos nomes, como forma de maior liberdade para apresentar esses dados e opiniões a quem possa interessar. As respostas foram transcritas sem a preocupação com correção gramatical ou com estilo.

Iniciou-se a entrevista com a indagação sobre o motivo da participação no PMF. Dentre as respostas, o que mais foi elencado diz respeito à situação de desemprego e à expectativa de aprendizado de um ofício. Esses dois aspectos juntos representaram mais de 60% das indicações e estão conectados intimamente à composição da exclusão social relativa à empregabilidade.

A participante I. A. de O. foi contundente quando disse que *“tava desempregada, não tava fazendo nada e sabia que o Projeto Mulheres de Fortaleza ia dar a oportunidade boa de ser coisa nova, inclusive pra emprego.”* Já para M. M. S. P., a decisão de participar ocorreu *“porque foi uma oportunidade que chegou no momento certo que eu estava desempregada e pra mim ter mais conhecimento no dia-a-dia.”* M. M. L. S. corroborou com a situação excludente de desemprego quando disse que se interessou pelo Projeto *“porque é um incentivo pra mim, porque eu tava parada e foi muito bom.”*

Os três depoimentos demonstraram que uma parte das participantes do PMF estava desempregada no momento inicial das atividades e buscava, entre outros objetivos, uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal. Somando-se à vontade e necessidade de emprego, há um ponto animador nessas mulheres: a preocupação com o aprendizado. As duas primeiras citadas deixaram óbvio que aprender, mesmo não sabendo previamente ao certo o que, traria algo de positivo. Essa conscientização tira o indivíduo contemporâneo de uma antiga posição de ignorância diante da importância da educação

formal. Mesmo que essa ação não seja analisada como busca objetiva de cidadania, caminha para tal. Ainda que em um estágio inconsciente, o que importa é a mudança de atitude e suas consequências em relação aos direitos delas como cidadãs.

O desejo de participar de um projeto social gerenciado pelo IFCE, chamado por muitas mulheres ainda de CEFET<sup>6</sup>, também foi ponto para a decisão de algumas entrevistadas. Isso se deveu principalmente pela presença do Instituto na criação e implantação de uma cooperativa digital dentro da comunidade local. Com isso, nota-se a credibilidade do IFCE como instituição de ensino de qualidade e disseminadora de ações sociais vitoriosas. Como apontaram 3 mulheres:

Quando soube desse projeto, achei boa a oportunidade de participar e trazer minhas amigas. Eu e algumas de minhas amigas têm filhos que fizeram um curso de computação no CEFET e depois começou a trabalhar aqui na Casa do Saber, no Pirambu Digital. Ele mexe e conserta computador e tá ganhando o dinheiro dele. Anda arrumado e até tá namorando direitinho. Acho que posso conseguir emprego assim também. (A.L.G.)

Só arrumei tempo pra participar porque era do CEFET. Sei que é coisa séria. Meu filho e um sobrinho já estudaram lá e hoje trabalham no Pirambu Digital. Tão bem de vida, que bom! Eu também quero ficar assim, com trabalho bom, com salário de carteira assinada. (J.L. de S.)

Acho muito bonito e certo o que fizeram com esses meninos aqui da cooperativa. Se eles não tivessem estudado esse curso de computador, talvez muitos deles tariam nas drogas, no meio da rua, sem fazer nada. Se eles foram bons com esses meninos, pode ser que alguma coisa boa venha pra mim também, né? (J.M.G.)

Algumas mulheres se sentiram estimuladas também pelo simples fato de terem entrado em contato com outro tipo de linguagem. Como contou J. L. de S., *“eu quis mais pra fazer... devido a esse negócio de eu querer falar inglês.”* Muito empolgada, M. da N. S. declarou *“eu nunca pensei que, como meus filhos, ia poder estudar esse inglês. E ainda disseram que também tinha um espanhol. Foi muito bom mesmo. Achei muita graça, mas gostei.”* Mesmo que os depoimentos não transpareçam uma consciência da importância das línguas estrangeiras para o mercado de trabalho atual, a satisfação pessoal funcionou como ferramenta encorajadora para o aprendizado.

As entrevistadas tiveram que relacionar a importância dos cursos-base de Manipulação de Alimentos e Governança com suas formações profissionais. Várias apontaram o conhecimento sistemático como algo importante, uma vez que elas, em diferentes níveis, possuíam alguma prática em limpeza, arrumação, e conhecimento culinário. Assim, o que importou mais para elas foram as explicações teóricas para determinados procedimentos. Em suas opiniões, isso foi fator agregador às suas vivências e aos seus

conhecimentos prévios. Segundo C. B. R. de S., os cursos foram importantes *“porque eu já gostava de cozinha, né? Aí, ir pro curso de Manipulação de Alimentos foi melhor ainda; eu aprendi mais de que eu já sabia.”* Seguindo a mesma linha de pensamento, I. A. de O. declarou que:

O conhecimento foi ótimo e o melhor foi a manipulação de alimentos. Já sabia cozinhar, mas não sabia tanto detalhe de como pegar, guardar, cortar e preparar comida. É muito detalhe que a gente nem sabe que existe. Mas é bom saber, parece que agora sou mais importante, mais inteligente na cozinha.

Em uma vertente mais prática, M. F. V considerou o aprendizado direcionado à empregabilidade quando respondeu que para sua formação profissional foi *“tudo novo. Cozinheiro em casa, mas não para vender. O curso de camareira eu gostei porque estagiei, aprendi como ajeitar uma cama e até a entrada.”* Por sua vez e também citando o lado profissional, J. L. de S. foi mais enfática e detalhista quando afirmou que participar foi:

[...] bom pra obter informações. Obtive... com vários professores e todo mundo tinha uma coisa pra informar. [...] e a informática porque eu nunca tinha pegue num computador, porque eu sou uma secretária e eu não tenho curso de informática, mas eu vim pra cá, eu fiz agora. No CEFET eu tive a oportunidade de a primeira vez eu pegar num computador. Pra mim foi interessante.

Dentre os objetivos específicos do PMF encontravam-se o fomento a criação de empreendimentos na área de produção de alimentos e o fomento ao desenvolvimento de cooperativas de governantas. Por isso, as perguntas três e quatro questionavam se as palestras voltadas a esses temas foram de alguma maneira estimulantes para aumentar o nível de empregabilidade através dessas iniciativas.

Algumas mulheres simplesmente disseram não se lembrarem de terem assistido palestras a respeito os dois temas. Dentre as que lembraram, M. M. S. P. expôs sua satisfação com a palestra sobre empreender da seguinte maneira:

No momento do curso não foi importante para minha profissão, mas depois eu comecei a ter aquela noção de a gente ter o seu próprio jeito de ter uma renda e isso é muito bom, muito maravilhoso. Gostei muito porque ensinou muitas coisas nessa palestra.

As entrevistadas frequentemente mantinham esperança de algo melhor para suas vidas, mas necessitavam de direcionamento no início dos trabalhos, como constatado nos seguintes depoimentos:

Eu achei interessante isso de ter meu próprio negócio. Seria muito legal mesmo. Eu trabalhando pra mim, tomando conta de tudo, sendo minha chefe. Se eu soubesse

mais coisa, mais coisa pra mim começar um negócio ia ser bom. Acho que ia receber apoio pra trabalhar assim, até porque podia trabalhar perto de casa, eu acho. (A. L. G.)

Legal é, pois ia poder trabalhar pra mim mesmo... Só que acho arriscado essa coisa de você ter um negócio. Não nasci em família rica, nunca tive empresa, não fiz curso. Será que só com uma explicação de um dia posso abrir meu negócio? Acho que é tanta coisa pra fazer que sozinha ia ficar doida. Pelo menos no começo, ia precisar de alguém inteligente que me ajudasse. Depois podia ficar sozinha. É legal, mas tenho medo. (F. A. dos S. A.)

A gente, acima de tudo, tem medo de abrir um negócio sozinho. Falta ajuda de custo. Mas eu achei interessante. Eu gostei mais do empreendedorismo, porque..., eu gosto de ter a responsabilidade como se fosse pra abrir meu próprio negócio. Acho que sozinha pode dar certo um negócio. Só que tem muito detalhe, muita coisa pra prestar atenção, não sei por onde começar. (J. L. de S.)

Claramente foi demonstrado que apenas uma palestra sobre tema tão complexo é insuficiente para conscientizar e fomentar a criação de um empreendimento por uma parcela da população que já vive em uma linha de perigo de empregabilidade e renda. Além da “plantação de sementes” sobre o tema, há a necessidade de mais esclarecimentos e acompanhamento contínuo para a implantação desse tipo de atividade.

A ação para o cooperativismo trouxe mais reações negativas que estimulantes. Algumas dificuldades sobre a ideia de cooperativas formadas pelas participantes foram apontadas primeiramente por M. L. da S. quando expressou que *“a gente pensou de se juntar, né? Mas só que quando terminou o curso, vai um prum lado, outro pro outro.”* Outras três entrevistadas exibiram opiniões semelhantes quando declararam que formar uma cooperativa, mesmo que com indivíduos de uma mesma comunidade, seria muito arriscado pela falta de experiência. Mais uma vez, o medo do desconhecido ficou evidenciado no depoimento das mulheres. A condição de abandono da comunidade, a má qualidade educacional dos indivíduos e a desqualificação profissional de muitas as credenciam para essa demonstração com alto nível de insegurança perante essa possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Algumas entrevistadas declararam inclusive que preferiam ficar na informalidade, pois embora inseguras quanto ao ganho final, já sabiam o que, como e por onde fazer.

É evidente que essa preocupação e responsabilidade estavam incorporadas aos objetivos do PMF. Os executores já tinham consciência da real necessidade desse tipo de acompanhamento, que funcionaria como um período de maturação dos trabalhos, para que os resultados fossem os mais exitosos possíveis. Porém, durante as duas primeiras turmas, parcerias com instituições reconhecidamente com *know-how* para os temas não aconteceram a contento e em tempo hábil.

Na sequência da entrevista, tentou-se descobrir o que foi considerado fácil para as participantes durante os dois semestres de atividades do Projeto. As respostas foram invariavelmente focadas nas aulas práticas e no relacionamento com os instrutores e palestrantes.

As participantes demonstraram empolgação quando entraram em contato com os ambientes de uma cozinha industrial e de um laboratório que simulava um quarto de hotel. Mesmo com conhecimento culinário, várias mulheres afirmaram estar fascinadas pelo contato com uma cozinha industrial. A explicação reside no simples fato da aparelhagem disponível no espaço e as dimensões serem características diferentes da realidade experimentada por elas em suas residências. Por sua vez, o laboratório de Governança exerceu uma excitação pela associação do ambiente com o idealizado para seus lares. Esses pontos tão insignificantes para alguns devem ser entendidos e, por conseguinte, explorados, como uma ferramenta motivadora à aprendizagem. O contato com esse tipo de equipamento fez com que as mulheres vislumbrassem uma mudança de realidade através de um posto no mercado formal, fator que poderia trazer mudanças para seus cotidianos.

Sobre a relação estabelecida entre as participantes e os instrutores responsáveis pelas disciplinas e os palestrantes convidados, o clima empreendido durante as aulas teóricas e práticas foi sempre de muito companheirismo e entendimento. Não houve distinção entre as palestras e aulas apresentadas por professores, convidados ou alunos da disciplina de Projeto Social dos cursos de graduação do IFCE. As participantes se sentiram sempre à vontade com o ambiente para participar ativamente das atividades propostas. Como aponta I. A. de O., *“cada um deles não era professor, eram amigos. Sempre prontos a responder.”*

Pode-se também ter uma ideia do ambiente propício ao aprendizado valorizado pelo relacionamento entre docentes e discentes através da visão de J. L. S., que disse:

[...] gostei da professora de Português. Ela teve assim um trabalho diferente, não é? Ela fazia um trabalho dinâmico, diferente, fazia a gente dançar. Pois é, eu achei ela muito interessante, eu nunca tinha tido aula com ela. Gostei muito da aula dela e também da matemática por causa do professor. Ele era aluno do curso do CEFET, mas o menino era bom mesmo. Sempre alegre e paciente com a gente. Achei muito difícil, mas é muito bom matemática.

Essas opiniões vêm corroborar com a importância das relações interpessoais para a aprendizagem. Com um bom nível de relacionamento entre as partes interessadas no processo de ensino-aprendizagem, melhores resultados são alcançados através da facilidade na transposição das barreiras educacionais. Se não como o único agente responsável pelo

processo, mas como o mais consciente e preparado, são os professores que devem iniciar o trabalho de aproximação e estímulo de aprendizagem nos alunos.

Quando interpeladas sobre as dificuldades enfrentadas, não houve uma grande aproximação das respostas. Para algumas participantes, as aulas de línguas foram complicadas porque:

Se não falo nem português certo, como era que ia aprender o inglês e o espanhol. Sei que era só pra ter uma noção, mas mesmo assim, foi muito complicado. É complicado enrolar a língua pra falar aquelas coisas. Não entendia nada do que o professor falava. O povo diz que é importante aprender, mas não é pra mim não. Se pra trabalhar em hotel precisar enrolar a língua, tô fora. (P. A. dos S.)

Os cursos de inglês e espanhol me deram dor de cabeça. Achei legal estudar, mas não entendi muita coisa. É difícil. Sei que é preciso para trabalhar num hotel. Fiquei um pouco triste porque vi que isso desse jeito não é pra mim então. Queria trabalhar de camareira num hotel grande, mas quem vai dar emprego pra mim se não sei falar inglês e espanhol? (M. da N. S.)

Outras participantes encontraram nas aulas práticas uma forma divertida de aprender, porém se depararam com complicações por não apresentarem aptidões ligadas às áreas dos cursos-base. Dificuldades também foram apontadas no aprendizado dos conteúdos das aulas de Português, de Matemática e de Informática. O mau comportamento das participantes foi assinalado por I. A. de O. como ponto de dificuldade ou incômodo, pois *“algumas meninas que não queriam nada com o Projeto me fazia sentir mal. Como elas podem deixar passar essa oportunidade?”* A valorização da oportunidade atestada pela entrevistada deixou óbvios os diferentes níveis de consciência do grupo.

Ligada à pergunta anterior, estava a indagação sobre o que foi feito por elas mesmas para superarem as dificuldades durante as atividades. Requerer esse tipo de atitude ou solução é conceder a elas seu papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, dividindo responsabilidades com os educadores. A persistência foi a maior aliada de I. A. de O. Segundo ela, *“em momento nenhum pensei em desistir. Nunca tive uma falta porque tava achando algo chato ou difícil. Não sou mais criança e já sei o que é bom pra mim.”* Outra entrevistada não deixou passar a oportunidade dos bons resultados advindos do PMF chegar até ela quando, por sentir dificuldades na área de línguas e saber da real importância para o mercado turístico, se matriculou em um curso de inglês.

Nenhuma se declarou temerosa ou insegura em apresentar suas dúvidas, pedindo novas explicações aos responsáveis pelas atividades. Essa desenvoltura apresentada pelas participantes adveio de fatos como: várias estavam à frente de suas famílias, com a ajuda ou

não de um cônjuge; algumas já haviam tido ou ainda tinham experiência profissional e várias outras já haviam participado de outros projetos sociais dentro da própria comunidade.

Outro mecanismo ratificador do relacionamento positivo entre os envolvidos nas atividades foi o companheirismo entre as mulheres frente às suas dificuldades. Como várias mulheres se conheciam, por fazerem parte da mesma comunidade e morarem próximas, houve uma atmosfera de amizade entre muitas delas.

As respostas sobre superação demonstraram que a faixa etária do público trabalhado e suas experiências de vida puderam ser fatores facilitadores da aprendizagem, pois serviram para aproximar os dois lados do processo. Como destacado, as soluções surgiram entre elas, instrutores e palestrantes, sempre que possível e de maneira natural.

A oitava pergunta buscou uma avaliação das atividades pelo olhar das participantes. Os resultados levaram a um alto índice de aprovação. A participante I. A. de O. atestou que *“foi uma oportunidade boa, de um ano com bolsa para estudar. Fez tudo para agradar os alunos. Dizia ‘mulheres, vocês têm que abraçar essa oportunidade’. Isso me fez ir até o fim, não desistir.”* Já C. N. dos S. declarou que *“mesmo estando desempregada hoje, acho que tô mais preparada para o mercado de trabalho como eles disseram. Os cursos foram muito bom mesmo. Faria tudo de novo.”*

As dez horas dedicadas à disciplina Direitos Sociais proporcionaram às mulheres momentos para discussão de temas pertinentes aos seus direitos e deveres. Entre os trabalhos realizados, houve uma exposição sobre a Lei Maria da Penha<sup>7</sup> com a própria inspiradora da lei. Cheia de emoção na voz, a entrevistada A. M. C. declarou que *“foi muito emocionante ver aquela mulher na cadeira de rodas falar sobre nossos direitos. Nós podemos sonhar com companheiros, mas nunca aceitar carrascos. Me senti alguém de verdade.”* Para T. A. S. *“é bom saber que somos iguais. Problemas todo mundo tem, mas não precisamos ser humilhadas e ficar de boca fechada. A palestra foi muito importante. Somos gente também.”* Pôde-se notar que nesse momento cada participante se distanciou de um tema urgente em suas vidas, que é a inserção no mercado de trabalho, para se voltar para dentro de si mesmas e se valorizar como indivíduos e, principalmente, como mulheres que são. Houve inclusive a sugestão da participação de companheiros e filhos na palestra das próximas turmas, para que toda a família ficasse consciente dos direitos e deveres de cada membro.

Como não há apenas depoimentos aprovando as atividades do PMF, aparecem os registros de três participantes, que como forma de avaliação geral não se acharam beneficiadas o suficiente. Tudo se resumiu de forma simples para C. B. R. de S., pois *“o que eu tenho a dizer é que ele é muito importante, pra muitas famílias que não tem nenhuma*

*profissão, só.” M. L. de S. demonstrou uma ponta de desilusão quando declarou que “ela é que tem de ir à luta. Se ela for, ela consegue. O Projeto não foi aprofundado. Não se preocupou também em mostrar onde tavam os empregos.” Enquanto isso, D. de S. N. resumiu sua participação dizendo que “foi apenas mais um curso que fiz, só isso. Foi bom, mas nada demais.”*

Em relação à empregabilidade, várias entrevistadas se disseram desapontadas por ainda estarem sem lugar no mercado de trabalho depois do término do Projeto. Talvez para agravar seus depoimentos, elas também expressaram o descrédito, que mesmo no futuro elas consigam uma posição em consequência dos cursos-base realizados. Para ilustrar o desapontamento de algumas, tem-se o que F. M. da S. C. revelou:

Fui trabalhar de costureira. Dos cursos que nós fizemos, nunca trabalhei, nem antes, nem depois. O povo diz que tem emprego, mas não tem gente qualificada. Aí, eu me qualifiquei e não arranjei emprego. Onde estão essas empresas que querem gente qualificada? Ou será que meu certificado não tem importância? Não fiz o curso na brincadeira não.

Considerando a parcela de responsabilidade da equipe executora sobre a condução das ações do PMF, a última pergunta interpelou sobre sugestões de mudanças nas atividades para as próximas turmas. Suas opiniões, ainda que não expressas de modo sistemático, devem ser analisadas detalhadamente, para que possam trazer modificações com consequências eficientes.

Parte das entrevistadas apontou a necessidade de um maior número de aulas de Inglês e Espanhol. Mesmo tendo sido esse ponto citado como de dificuldade entre algumas delas, esse anseio por aprender novos idiomas deixa claro o conhecimento da importância das línguas estrangeiras para quem pretende se inserir direta ou indiretamente no mercado turístico local.

De acordo com algumas mulheres, o que também poderia mudar seria a colocação no mercado de trabalho. Essa sugestão foi resultado da não inserção da maioria na rede hoteleira ou em equipamentos de alimentação local, continuando a exclusão econômica apresentada previamente. Somou-se a esse fato a não abertura de empresas ou formação de cooperativas, que era uma das possibilidades apontadas pelos eixos norteadores do PMF.

Para muitas das entrevistadas, as teorias e diversidade de temas abordados nas palestras e disciplinas foram pertinentes como um todo, porém os cursos-base não ofereceram muitas horas de prática. O aumento do número de aulas práticas no curso de Governança proporcionaria mais segurança durante o período de estágio realizado em hotéis da cidade de

Fortaleza. Já com mais horas no Laboratório de Sala-bar, elas poderiam preparar uma maior variedade de pratos, conhecendo e misturando ingredientes diversos.

As avaliações aqui expostas foram totalmente baseadas nas entrevistas com o verdadeiro coração do PMF. Mais que respostas a perguntas, expuseram-se experiências, decepções e principalmente esperanças. Esperanças de que essa ação possa trazer mudanças reais para suas vidas. A urgência de uma colocação no mercado de trabalho é o objetivo principal de muitas das mulheres e é um fator de modificação para muitas realidades. Valorizar suas opiniões é propiciar respeito ao que já foi realizado e ao que pode e deve ser modificado, para acarretar mais sucesso com outras turmas.

A valorização dada às suas narrativas orais é justificada por essas manifestações não serem apenas depoimentos, mas histórias de vida, que trazem não só um passado, mas uma força presente capaz de influenciar o futuro. As narrativas orais se estendem para além das palavras das participantes, como além vão os mistérios de cada dia passado em uma sociedade preconceituosa e excludente.

## **CONCLUSÕES**

O governo brasileiro admite que através da equidade e da promoção da cidadania pode-se melhor alicerçar uma democracia produtora de resultados mais sólidos. Por isso o Programa Mulheres Mil está entre as prioridades das políticas públicas do governo brasileiro, valorizando e articulando temas atuais como a promoção de gênero, equidade e diversidade étnica.

A consciência e representatividade de cidadania ficaram evidenciadas nas interpretações de várias entrevistadas. Para muitas delas, a decisão de se inserir no PMF variou entre o desejo de aumentar o nível educacional até a necessidade de profissionalização e inserção no mercado de trabalho formal, passando pela vontade de estarem ligadas de alguma forma a uma instituição reconhecida. Palestras e orientações de professores e membros da equipe executora proporcionaram melhores esclarecimentos sobre onde, como e por que se deve buscar a equidade entre todos os indivíduos através do respeito às diferenças de gênero e da busca de direitos inerentes aos cidadãos.

Infelizmente, as melhorias econômicas ocasionadas depois do término dos cursos-base do PMF não apresentaram resultados animadores. Esse ponto inclusive é o mais frustrante, uma vez que um dos objetivos do PMF era a (re)colocação das participantes no

mercado de trabalho. Também com relação ao incentivo que deveria ocorrer com as palestras sobre empreendedorismo e cooperativismo, nenhuma participante se animou a efetivar uma das ações.

Algumas entrevistadas reconheceram no PMF uma oportunidade de melhorar o nível intelectual. Infere-se, assim, que elas admitem existir, juntamente com as questões econômicas, outros pontos essenciais para a formação do ser humano. Elas perceberam que a inclusão social se materializa não só pela profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas também pelo aumento do nível escolar e das discussões acerca de soluções para outras questões.

Como protagonistas de suas próprias histórias, as mulheres precisam construir seu próprio ambiente. Para isso, elas devem exigir e usufruir de direitos e deveres iguais aos de seus companheiros, filhos, chefes e qualquer outro representante do sexo masculino.

Embora os dados e as análises aqui apresentados sejam pontuais no tempo e no objeto estudado, eles podem auxiliar o desenvolvimento de outras ações sociais, que diminuam as desigualdades enfrentadas por parte da população brasileira. É importante, pois, a consciência de se possuir direitos civis, políticos e sociais garantidos a todos, respeitando-se, porém, as particularidades existentes entre os gêneros.

Não se pode ignorar a discrepância entre o que dizem leis e teorias sociopolíticas e a prática no cotidiano de mulheres que sofrem com a desigualdade de gênero nas mais variadas esferas sociais. Todavia deve haver uma luta constante por um Brasil de todos e para todos, buscando da comida à igualdade de gênero.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC BRASIL. **Brasil cai 9 posições em *ranking* de igualdade de gênero.** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141028\\_desigualdade\\_full\\_lab](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141028_desigualdade_full_lab)>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** [S.l.: s.n], 2010.

BRASIL. **Estatísticas de Gênero.** Disponível em: <<http://noticias.portalbraganca.com.br/nacional/ibge-estatisticas-de-genero-mostram-como->

as-mulheres-vem-ganhando-espaco-na-realidade-socioeconomica-do-pais.php.> Acesso em: 31 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3683/lei\\_maria\\_penha.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3683/lei_maria_penha.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602)>. Acesso em: 29 out. 2014.

GOMES, A. T. Inclusão, direito e direitos fundamentais: conceitos e formas jurídicas de inclusão. IN: CORRÊA, R. M (Org.). **Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva**. Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva/PUC-MG, 2008, p. 22-34.

LIMA, P. R. dos S. **Responsabilidade social**: a experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo – 1999. São Paulo: Educ, 2005.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Mulheres: igualdade e especificidade. IN: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 265-309.

SISTEMA PED. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulhermet.pdf> >. Acesso em: 15 de out. 2014.

SOUKI, L. Guimarães. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 39-58, jan.-jun. 2006.

---

<sup>1</sup>Mestre em Educação. Coordenador administrativo dos cursos da área de Turismo e Hospitalidade, coordenador do curso de inglês na modalidade a distância do e-Tec Sem Fronteiras e professor de inglês do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Fortaleza. E-mail: julioepedrita@gmail.com

<sup>2</sup>O Sistema PED é composto pelo Distrito Federal e as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza. Esse sistema alimenta dados com pesquisas sobre emprego e desemprego. A primeira pesquisa foi realizada em 1984, na região metropolitana de São Paulo apenas, através de convênio firmado entre o DIEESE e a Fundação SEADE, órgão do governo do estado de São Paulo. (Nota do autor)

<sup>3</sup>Pesquisa intitulada “Brasil cai 9 posições em *ranking* de igualdade de gênero.”, publicada no *site* da BBC Brasil.

<sup>4</sup>Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 foi produzida e divulgada em outubro de 2014. O trabalho foi uma parceria entre o IBGE, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fonte: [www.noticias.portalbraganca.com.br](http://www.noticias.portalbraganca.com.br). Acesso em 31 out. 2014.

<sup>5</sup>Integrando as ações do Programa Brasil Sem Miséria, o Projeto Mulheres Mil passou a ser considerado um programa do governo brasileiro, instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, do dia 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 22 de julho, seção 1, página 38. (Informações colhidas no Portal do MEC – nota do autor)

<sup>6</sup>CEFET foi a sigla para Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, denominação dos Institutos Federais entre 1999 e 2008. (Nota do autor)

<sup>7</sup>Em 2006, surge no Brasil a Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. A Lei é uma homenagem à farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes que ficou paraplégica depois de ser agredida pelo marido enquanto dormia. Maria da Penha buscou justiça e o ex-marido é condenado a 10 anos de prisão. A Lei é uma grande conquista para as mulheres por possibilitar a prisão em flagrante ou decretar a prisão preventiva do agressor, não permitir o pagamento dos crimes com penas alternativas, afastar o agressor do domicílio e proibi-lo da convivência com mulher e prole. (Informações colhidas no prefácio da Lei Maria da Penha – nota do autor)

**RECEBIDO EM:** Setembro de 2015

**APROVADO EM:** Abril de 2016